

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orcamentárias

PLN 5/2022 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023

Espelho - Emenda ao Texto da Lei

TIPO AUTOR Comissão		EMENDA
EMENTA 9 CCJC Tabata Amaral - A financeira de projeto de l	Anexo de Margem Expansão das DOCC — Reserva de saldo da margem para l lei	compensação orçamentária e
TIPO DA EMENDA Aditiva	ADIÇÃO REFERÊNCIA Depois Anexo IV.12	
demonstrativo do 'Saldo	minado "MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTEF o Utilizado da Margem Bruta (IV)", após o item "Crescimento vegetativo dos g io a seguir, com a consequente redução, no mesmo montante, do saldo apres V)":	gastos sociais" e seus subitens, um
Eventos		
Aprovação de Projeto de adequar o Benefício da P	e Lei do Senado e da Câmara dos Deputados que "Altera a Lei nº 14.284, de 2 Primeira Infância à definição da primeira infância dada pela Lei nº 13.257, de 	29 de dezembro de 2021, para 8 de março de 2016"
Valor Previsto para 2023	3 (R\$ milhões)	
5.800		
JUSTIFICATIVA		

Os projetos de lei citados na emenda visam adequar o conceito utilizado no pagamento do "Benefício da Primeira Infância" àquele adotado pelo art. 2º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, no qual "considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança."

Para fazer face ao impacto financeiro e orçamentário da medida, de R\$ 5,8 bilhões anuais, visa-se, com a presente emenda, utilizar parte da Margem Líquida de Expansão de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC para cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial de seu art. 17.

De fato, compreende-se a necessidade de conjugar a utilização da margem líquida de expansão da DOCC a um posterior ajuste nas despesas sujeitas ao limite do "Teto de Gastos", previsto na EC 95/2016. No entanto, a inclusão da previsão pleiteada na presente emenda torna-se imprescindível para que, numa etapa posterior, quando da tramitação do PLOA, possam ser feitas as compensações que possibilitem a aprovação de tão relevante projeto de lei.

Autor(a): 5012 - null - Alteração: 20/06/2022 à(s) 18:59:12h